

Connections among Candomblé Temples, Social Organizations and Health

| Conexões entre Terreiros de Candomblé, Agências Sociais e Saúdes

ABSTRACT | Introduction:

The space occupied by religions of African matrix in Brazil is expressive when it comes to mutual aid practices. Their contributions to solidarity processes and to overcome problems of material and spiritual nature faced by individuals, either faithful, or not, deserves special attention. Objective: Seize Candomblé Temples as social agencies and their relationship with different social sectors to promote citizenship, even in the field of health. Methods: References to the theme were identified and added with ethnographies of Temples from Rio de Janeiro and Salvador in order to analyze data on social actions taken at these religious spaces. Results: Initiatives such as social projects, cultural programs and health fairs are significant actions to design communication paths with society in general. These actions seek to socially legitimize these religious temples as social agencies, as well as to weave mechanisms to preserve such complex system of practices and their unique knowledge. Conclusion: Legitimizing these Temples as sacred and socially multiple and diverse spaces, as well as acknowledging their respective social actors are actions that must be anchored in communicative practices that increasingly reinforce their spaces of speech. These actions also reinforce their ancestry and successful experiences with local communities.

Keywords | Candomblé Temples; Social Network; Health; Integrality.

RESUMO | Introdução: É expressivo o espaço que as religiões de matrizes africanas no Brasil ocupam no que tange às práticas de ajuda mútua, merecendo destaque e atenção às suas contribuições no processo de solidariedade e superação de problemas de ordem material e espiritual para indivíduos, adeptos ou não. **Objetivo:** Aprender os Terreiros de Candomblé como agências sociais e seus relacionamentos com diversos setores sociais no sentido da promoção da cidadania, incluindo o campo da saúde. **Métodos:** Identificaram-se referências ao tema em questão, agregando etnografias em Terreiros das Cidades do Rio de Janeiro e de Salvador à análise de dados sobre ações sociais desses espaços religiosos. **Resultados:** As iniciativas de projetos sociais, programas culturais e Feiras de Saúde são ações significativas para conceber canais de comunicações com a sociedade mais ampla, buscando sua legitimidade social ora como templo religioso ora como agência social, assim como tecer mecanismos de preservação desse complexo sistema de práticas e de saberes singulares desse grupo religioso em questão. **Conclusão:** Consideramos que a busca pela legitimação desses Terreiros como espaços sagrados e socialmente múltiplos e diversos, assim como também do reconhecimento de seus respectivos atores sociais, deve ser ancorada também em práticas comunicativas que reforcem cada vez mais seus lugares de fala, que reafirmem suas ancestralidades e suas experiências exitosas perante as comunidades.

Palavras-chave | Candomblé; Terreiros; Redes Sociais; Saúde; Integralidade.

¹Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, Brasil.

²Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal.

³Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA, Brasil.

⁴Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

⁵Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO |

É expressivo o espaço que as religiões de matrizes africanas no Brasil ocupam no que tange às práticas de ajuda mútua, merecendo destaque e atenção às suas contribuições no processo de solidariedade e superação de problemas de ordem material e espiritual para indivíduos, adeptos ou não, de diversas classes sociais, ampliando dessa forma suas funções além daquelas meramente religiosas.

Os Terreiros de Candomblés e demais espaços são historicamente concebidos como espaços de resistência para manutenção das tradições religiosas negro-africanas, assim como também se mostram como espaços propícios para a luta contra diversas formas de discriminação registradas e sofridas pelos negros ao longo dos anos da constituição da sociedade brasileira^{1,2,3}.

Consideramos que a instituição dessa nova modalidade religiosa surgida no Brasil como uma (re) elaboração de rituais africanos, polariza e faz vibrar não apenas a vida religiosa do grupo, mas também a vida social com ética peculiar alicerçada em uma tradição oral e processos de socialização particulares, enfim, tudo que o espaço de defesa – o Terreiro de Candomblé, por exemplo - conseguiu manter e preservar da cultura negra⁴.

Posteriormente, a partir da luta dos movimentos sociais que no Brasil começam a tomar forma a partir da década de 70 e se consolidam nos anos 80, entre esta os vários movimentos de valorização da cultura negra, os espaços-terreiros passam a adquirir outras configurações, passando a serem pensados pelos estudiosos e adeptos como espaços de militância social negra frente a questões socioeconômicas da sociedade nacional. Da mesma forma, eles vão se reestruturar para atuarem como possíveis espaços promotores de assistência social tanto para adeptos como para as comunidades adjacentes.^{5,6,7}

Obviamente, o que a princípio foi pensado como uma agenda social aos poucos vai se transformando em um espaço de discussões políticas. Contudo, pode-se notar que por trás do interesse de bem-estar da comunidade encontram-se embutidos vários mecanismos de legitimação social e promoção, tanto dos líderes religiosos como do próprio Terreiro de Candomblé.

Concomitantemente, as religiões afro-brasileiras, de uma forma geral, tornaram-se temas de preferência para estudos

acadêmicos em diversas áreas de conhecimento, entre elas as áreas das Ciências Humanas, conforme consulta na Base de Teses e de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão federal de fomento (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). O volume de material produzido logo ganha as ruas, burlando os espaços acadêmicos e fazendo parte das discussões de vários agentes religiosos, que adquirem poder e autoridade, o que, muitas vezes, os levam a fazer caminho inverso ao dos pesquisadores na compreensão e explicação de fenômenos registrados nos Terreiros. São esses atores sociais, também fazendo usos de novas tecnologias, que vão criar perfis - individuais ou da instituição religiosa afiliada - em redes sociais no intuito de buscar explicações mais cabíveis e também buscando legitimar nessas postagens e obras sobre a estrutura dos rituais, sobre a confirmação de mitos e comportamentos compatíveis segundo a tradição às quais estes estariam ligados.⁸

Cabe atentar e apreender sobre as alianças, os interesses, nas possíveis posições a serem adquiridos para os diversos sujeitos sociais envolvidos no processo de pesquisa. Destaca-se que as lideranças religiosas, em sua maioria, se tornam portadoras de um discurso marginal, de exclusão, que são ressemantizadas em falas de preservações sociais e de “descobrimientos religiosos”. Culminam assim em novas reconstruções de uma identidade afro-brasileira ou afro-descendente; onde, em alguns contextos, o “acadêmico de dentro” ou indicado para futuramente “ser de dentro” torna-se porta-voz dos *egbes*, “territórios negros”.

Estes são espaços sagrados para a sociedade mais ampla, em discursos individuais, monológicos sem consultas do coletivo das expressões e dos conteúdos de suas falas e suas escritas em espaços acadêmicos e não acadêmicos em diversas linguagens e, em situações similares, gestores com intuito de sensibilizações e de capacitações com os “de dentro” propõem com recursos públicos e até internacionais, atividades sem significância de estruturar e institucionalizar programas de saúde da população negra ou de religiosidades e saúde nesses espaços em questão. Ao indagar com “os de dentro”, alguns desses falantes não são “de dentro” confirmados, situação muitas vezes desconhecida para os receptores de suas mensagens na sociedade mais ampla.

É necessário despertar a atenção e a sensibilidade de pesquisadores e de gestores de diversos campos para o entendimento de que são espaços religiosos e plurais

e que devem ser reconhecidos como locais os quais possuem várias oportunidades de realizações de ações para a promoção e para a efetivação de práticas e de saberes de saúde e também como locais para a concretização do exercício de cidadania real, como proposto por diversos autores.^{8, 9, 10, 11}

RELATOS DOS CASOS |

Transformado em espaço acadêmico e de militância social, os Terreiros de Candomblé configuram-se em territórios referenciais para se pensar, refletir e preservar as expressões religiosas afro-descendentes. Destinado originalmente à população negra e seus descendentes, como símbolo de preservação cultural das culturas africanas na Diáspora, eles gradativamente se tornam espaços para os mais distintos sujeitos sociais e para seus múltiplos interesses, que vão para além de interesses religiosos.

As religiões afro-brasileiras, historicamente, deixaram de ser exclusivas de seu grupo de origem, escravos negros e descendentes, tornando-se “aberta a todas as raças, classes sociais, gêneros e estilos de vida”¹² e, por conseqüência, “romperam as barreiras de cor, de classe e, ultimamente, as barreiras geográficas, na medida em que atraem também não negros, não necessariamente pobres, e não permanecem restritas ao território nacional, tornando-se hoje, portanto, religiões interétnicas, transclassistas e transnacionais”¹³ no que tange ao processo iniciático ou atendimento terapêutico.

No processo de democratização do país, esses espaços, considerados, até então, como territórios de resistência à cultura hegemônica vão se transfigurar em espaço de atividades sociais múltiplas, através da parceria com organizações não governamentais (na maioria, ligada ao “movimento negro”), com orientações acerca dos direitos e de cidadania, possibilitando os processos de ascensão social e construindo um diálogo com a sociedade mais ampla.

Enquanto agências sociais, os Terreiros de Candomblé vão buscar financiamentos nacionais e internacionais para implementação de ações socioculturais visando a melhorias na qualidade de vida de seus “filhos de santo” assim como, de moradores, dos não adeptos e, inclusive, das comunidades adjacentes. Tal conduta amplia as noções de solidariedades e de relações interpessoais que cotidianamente são

desenvolvidas nesses espaços, elaborando uma nova configuração dos modelos de solidariedade comunitária interna e externa.

Freitas¹⁴, ao discutir o papel das religiões afro-brasileiras no processo de globalização, aponta para uma distinção dessas atividades dos Terreiros em relação às praticadas realizadas pelas demais religiões, pois:

Os projetos desenvolvidos nos terreiros, diferenciam-se, pois, dos projetos realizados por outras instituições religiosas, já no princípio de utilização do espaço físico, que é sempre sagrado. No mais das vezes, esses projetos são desenvolvidos dentro dos salões de danças, os barrações. Nesse sentido, o espaço terreiro mais uma vez funciona com espaço integrador, tanto lugar para dança sagrada como para aula de prevenção DST/AIDS, por exemplo (p. 15).¹⁴

Esse mesmo autor menciona que, no Rio de Janeiro, os Terreiros pioneiros a desenvolverem atividades de voluntariado foram o Ilê Omolu Oxum e o Ilê Omi Ojuarô, dirigidos, respectivamente, por Mãe Meninazinha D’Oxum e Mãe Beata D’Iemanjá que atendiam os moradores circunvizinhos à área do terreiro, fossem ou não adeptos.

Continuando, Freitas¹⁴ aponta que:

No ano de 1999, à época do II Concurso de Capacitação Profissional para Jovens em Risco Social, promovido pelo Programa Comunidade Solidária, mais que uma dezena de terreiros seriam aprovados como instituições multiplicadoras para o desenvolvimento de projetos sociais e solidários, na região metropolitana do Rio de Janeiro e de Salvador. O que somente corroborava a importância dos terreiros (e por esses dada) ao trabalho de ação voluntária (p. 15).¹⁴

Essas atividades e os financiamentos que estavam embutidos às ações sociais, acabavam por proporcionar às comunidades religiosas um status de instituições que promovem o voluntariado. Até então, as atividades desenvolvidas por vários Terreiros, de uma forma geral, eram restritas às festas religiosas e centradas na distribuição de “comidas do santo” nessas ocasiões, ou ainda na distribuição de cestas básicas. Tais ações eram vistas por algumas lideranças religiosas “como ações eficazes”, que seriam capazes de estabelecer uma relação de parceria com as comunidades adjacentes ao Terreiro, acreditando que dessa forma conseguiriam incrementar um diálogo de proteção, visto que a maioria de seus templos se encontram em áreas de risco social em diversas cidades do país.

Acrescentando as questões apresentadas por esse autor, mencionamos que atualmente são efetuados canais de parcerias significativos e verdadeiros entre Terreiros e o poder público, procurando estabelecer mecanismos de ações sociais visando à preservação cultural desses espaços religiosos através de políticas patrimoniais de diversas modalidades, entre elas, confecções de mídias com divulgação de cânticos sacros, produzidos pela Fundação Universidade de Brasília e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ao Terreiro Bate Folha, da Cidade de Salvador/Bahia, em 2005.

Outra configuração social colocada por essas ações pelos/ nos Terreiros foi colocar em xeque um modelo unitário e unificado de pensar e de agir no que tange à criação de uma identidade negra, sustentando a ideia de que a religiosidade funcionaria como uma estratégia de organização e resistência social. Contudo, novas e “velhas” manifestações culturais negras, de várias partes do país e das periferias dos centros urbanos nacionais e internacionais, apontaram modelos possíveis de fazer e ser que não se restringe a uma única identidade, mas de identidades negras através da produção corporal, de musicalidades, entre outros.¹⁵

O que se tornou imperativo nos espaços religiosos afro-brasileiros é o estabelecimento de estratégias de organização voluntária, com vistas a buscar legitimidade na sociedade mais ampla, mostrando que eles podem ser “Instituições Sérias”. De modo que sejam reconhecidos como agências sociais capazes de preencher o tempo ocioso de adolescentes na promoção de uma cidadania, cujos discursos recorrentes, reprodutivos da hegemonia, apontam que esses grupos, excluídos do processo social, se não forem assistidos corretamente se encaminharão para a marginalidade como é recorrente no discurso do senso comum. Contudo, apesar de o interior desses espaços religiosos conceber a valorização religiosa de pessoas de idades cronologicamente avançadas, algumas consideradas “egbom”, raramente, registramos projetos sociais direcionadas a esse grupo etário, reproduzindo em parte a invisibilidade e a estigmatização social deste na sociedade como um todo.

Em dias atuais, os espaços religiosos afro-brasileiros defrontam-se com diversos dilemas e desafios na sua manutenção, entre eles a busca do equilíbrio entre a tradição e a modernidade. Como manter as tradições, valores do grupo e uma organização social que se estrutura na hierarquia religiosa, especialmente, no *avo* (segredo)

dos saberes e das práticas e, ao mesmo tempo, abrir para a sociedade, para as comunidades adjacentes por meio de ações de voluntariado que são realizadas no espaço sagrado e que, na sua maioria, também envolve “pessoas do axé” e até sua sustentabilidade socioeconômica.

Desafios também estão na implementação de projetos sociais com cunhos de preservação cultural e geração de renda, como exemplos, da Casa de Alaka, no Ilê Axé Opó Afonjá e Espaço Cultural Vovó Conceição, Ilê Axé Iya Nassô Oká (Terreiro da Casa Branca), e, nesse último espaço religioso referido, registram-se aprovações de candidaturas de projetos de restauros em Editais do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, nos anos de 2009 e de 2010, apontando uma direção interessante da postura ativa e parceira no processo da política de patrimonização no Brasil, superando a dimensão do senso comum do “engessamento patrimonial” e clientelistas nesse campo.

São questionamentos que requerem reflexões críticas que ampliem o “calor das discussões” entre a modernidade, as políticas públicas, as novas tecnologias, as estratégias de preservações sociais e religiosas conjuntamente com as divulgações para as possibilidades de amenizações dos estigmas vigentes e conhecimentos sobre a própria religião, sendo, contemporaneamente, utilizados diversos meios de comunicação e linguagens nas disseminações de práticas e de saberes.

No que tange ao campo da saúde em particular, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde foi organizada durante o II Seminário Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, em 2003, que visou, principalmente, à promoção de saúde dos praticantes das religiões afro-brasileiras, articulando adeptos (lideranças religiosas e filhos de santos), lideranças comunitárias, gestores e profissionais de saúde, comunidade acadêmica e movimentos sociais em geral, contando, atualmente, com 136 terreiros, 49 organizações não governamentais e 18 órgãos públicos.¹⁶

Planejada para ser um fórum de debates e ações, especialmente, para estimular e consolidar atividades de promoção de saúde nos espaços das religiões afro-brasileiras assim como estabelecer um diálogo mais amplo com a sociedade em geral nas questões referentes a políticas públicas de saúde,

A Rede tem como objetivos lutar pelo direito humano à saúde; valorizar e potencializar o saber dos terreiros em relação à saúde; monitorar e intervir nas políticas públicas de saúde exercendo o controle social; combater o racismo, sexismo, homofobia e todas as formas de intolerâncias; legitimar as lideranças dos terreiros como detentores de saberes e poderes para exigir das autoridades locais um atendimento de qualidade, em que a cultura do terreiro seja reconhecida e respeitada; estabelecer um canal de comunicação entre os adeptos da tradição religiosa afro-brasileira, os gestores, profissionais de saúde e os conselheiros de saúde (p. 173).¹⁶

Esse desenho tem como compreensão o respeito às tradições das distintas manifestações das religiões afro-brasileiras no território nacional, dialogando com os órgãos públicos no que tange à promoção de saúde de um grupo específico.

Esses espaços de práticas religiosas afro-brasileiras têm história, visões de mundo, características próprias e no tocante ao campo da saúde, práticas e valores particulares no lidar com o processo saúde-doença e, por efeito, merece compreensão e sensibilidade do poder público para criar condições favoráveis para essas manifestações.

Através de elementos apontados, dão oportunidade à inclusão da grande parte da população, que encontra nos terreiros a possibilidade de vivenciar relações humanas e espirituais em um espaço de acolhimento e solidariedade.

Na visão da Rede, os adeptos das religiões lidam com uma dualidade nas solicitações terapêuticas, ou seja, a priori, têm acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) com uma proposta baseada na universalidade, equidade e integralidade e, por outro lado, pode acessar o Terreiro como espaço de acolhimento e de resolutividade de problemas de saúde e “sentem na pele” os processos de reconhecimento e consideração do Terreiro como um espaço terapêutico por parte do “sistema oficial”.

Diante desse contexto, a proposta da Rede é gerar condições favoráveis para atender a uma parcela da população negra e pobre, que é maioria nesses espaços religiosos, que se depara com situações de racismo, preconceito, intolerância religiosa e desconhecimento técnico de algumas enfermidades específicas desse grupo, por exemplo, a doença falciforme.

A Rede promove encontros como parte de sua estratégia de educação e politização, na forma de seminários e

oficinas de capacitação, utilizando essencialmente os *itans* (lendas), ou seja, partindo dos próprios mitos, da cosmologia das religiões afro-brasileiras para a divulgação de conhecimentos do processo saúde-doença.

O acolhimento é umas das atenções principais na Rede em razão dos espaços religiosos tornaram-se arenas de referência para promoção da religiosidade e cultura afro-brasileira. Acolher e proporcionar o sentir-se parte de um grupo por meio de atividades litúrgicas e sociais concebe ao indivíduo de origem negra sentimentos de pertença, de autoestima que, na sua maioria, distintos da sociedade mais ampla e integrando subjetividades individuais e coletivas, atualizam e reatualizam a memória e a identidade social através de suas percepções, do plano simbólico, das afetividades e materialidades contidos na dança, no canto, nas “comidas de santo” e na rede de solidariedade de relações interpessoais estabelecidas.

Além disso, a Rede também oferece, por meio de espaços virtuais, postagens visando ao favorecimento de direitos sociais plurais a partir de transformações tecnológicas que a sociedade experimenta, através da internet, por exemplo, desencadeando assim inclusão social e fortalecimento de cidadania mediante múltiplas formas de acesso à informação. Pela oportunidade de expressões, em espaços virtuais de diversas naturezas, públicos e privados, o ambiente virtual viabiliza a livre expressão, debates, contextualização entre comunicação e democracia.¹⁷

Abrimos aqui um parêntese e chamamos a atenção para o fato de estarmos cada vez mais conectados através dos ambientes virtuais e, conseqüentemente, tendo acesso às informações que, anteriormente à chegada da internet, não circulavam de maneira tão abundante. Desta forma, a possibilidade de a Rede também aproveitar esse espaço de interlocução com a população realça o quanto a comunicação deve ser reconhecida como campo essencialmente fundamental para integração e fortalecimento dos valores e identidades das religiões afro-brasileiras.

Conforme destaca Castells¹⁸, as redes sociais são programadas pelos seus protagonistas e pelas instituições que as norteiam que, de um modo ou de outro, as controlam e reforçam que as tecnologias de informação e de comunicação vieram, gradativamente, para substituir muitos meios e mecanismos de funcionamento nas relações, sejam elas pessoais e/ou interpessoais, sejam formais e/ou informais, sejam materiais e/ou imateriais. Apropriem-

se desses espaços, de modo a consolidar ainda mais como um valoroso espaço de militância social negra congrega a expectativa de garantir à Rede manter-se na condição de ser um espaço que prioriza os valores democráticos e que valoriza a circulação de conhecimentos.

Intenciona-se, assim, nessas postagens apresentar e ampliar as ações da Rede e colocar em evidência essa organização, dotada de intenções em aglutinar para si a organização de estratégias de preservações de práticas e de saberes, dialogando com o poder público e nas disseminações de campanhas de saúde.

Uma das atividades que têm recebido atenção há alguns anos de diversos segmentos sociais são as Feiras de Saúde em Terreiros de Candomblé. Esses eventos reúnem integrantes da Casa Organizadora e demais Casas, assim como simpatizantes e moradores adjacentes de diversas faixas etárias na intenção de obter informações básicas sobre saúde.

A realização das Feiras articula diversas práticas e saberes terapêuticos da biomedicina com saberes tradicionais religiosos, em sintonia com o Plano Nacional de Saúde (PNS), aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 2004, em observância às deliberações da XII Conferência Nacional de Saúde. As Feiras, priorizadas pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra, são aproveitadas para serem espaços de discussões entre diversos atores sociais, instituições públicas e não governamentais, cujos interesses são de fomentar propostas de políticas de saúde da população negra nos Terreiros e contra a intolerância religiosa.

O Terreiro da Casa Branca, na Cidade de Salvador, foi pioneiro dessa iniciativa, em 2000. Posteriormente foi seguido pelos demais e até de outros estados com a finalidade principal de promover a integração entre os adeptos das religiões afro-brasileiras com as comunidades adjacentes e o poder público, por meio da utilização de seu espaço físico como local de promoção de informações e serviços de saúde.

Parece-nos necessário que sejam feitas reflexões mais apuradas sobre a organização de Feiras de Saúde nos Terreiros, no que se refere à utilização de um espaço religioso para fim de promoção de saúde, ao tempo em que se necessita indagar qual(ais) modelo(s) de saúde que deve(rão) ser observado(s) nessas iniciativas e suas possíveis efetividades e integrações. Assim também deve-

se refletir sobre a disponibilidade de parcerias com o poder público, que só se torna(ra)m possíveis devido à inserção de integrantes e de simpatizantes de Terreiros de Candomblé como profissionais e técnicos de secretarias de saúde.

Na agenda das práticas integrativas e complementares, uma fortalecida na terapêutica religiosa e no desvendamento dos estados de desequilíbrios e de doenças é a fitoterapia mágico-religiosa praticada pelos Terreiros, pois, para o Candomblé, os vegetais são elementos essenciais tanto nas atividades litúrgicas como nas terapêuticas, ocupando um papel singular e estruturante nas suas atividades, representando um elo de comunicação entre seres humanos e as divindades. Os cânticos e os usos de determinadas palavras associadas proporcionam o encantamento dos vegetais transformando-os em elementos sagrados prontos para agirem sobre os indivíduos.^{19,20}

É exatamente esse valor intrínseco nos vegetais que também desencadeia um sentimento ecológico nos adeptos que observam a importância deles para manutenção da ordem social, visto que a cosmogonia dessa religião em questão perpassa nesses elementos.

Desta forma, Verger²¹ ressalta a importância do conhecimento dos “ofô”, cânticos evocativos, que devem ser pronunciados no momento de coleta, na preparação e aplicação dos vegetais, cujo sentido e significado se tornarão eficazes à medida que seus desejos se tornarem realizados. Para a cosmovisão do Candomblé, a importância do vegetal é ampliada em suas qualidades botânicas e farmacológicas, onde o conhecimento do sagrado e a habilidade do oficiante somam-se para que os três elementos juntos sejam capazes de acionar os mecanismos que venham a dar início à transmissão do “axé” (energia vital),

Constituindo uma função específica nos Terreiros de Candomblé, raramente hoje encontramos a figura do Babalossaim – literalmente o “pai das folhas” - figurando entre os cargos hierárquicos e funcionais, visto que, por se tratar de um aprendizado específico, cujo sentido e prática eram por poucos conhecidos, acabou por ser colocado um pouco de lado, pois seu conhecimento, além de demandar um tempo considerável, consistia também em uma categoria de poder. Atualmente as Yalorixás e Babalorixás, lideranças religiosas, “mães de santo”, “pai de santo”, acabam por acumular o segredo sobre as folhas desempenhando eles próprios o papel atribuído ao Babalossaim.

Outra consideração é compreender que essas práticas e saberes concebidos e executados pelo Candomblé, como um sistema terapêutico, pode ter uma função colaborativa com os sistemas locais de saúde e suas especificidades, visto especialmente através do uso significativo de vegetais com fins terapêuticos em seu interior. Diante disso, é atentar para essas práticas religiosas terapêuticas como um assunto de políticas públicas coadunadas na agenda de políticas e programas de medicinas naturais e complementares e/ou plantas medicinais e fitoterápicos, assim como na incrementação de editais de projetos de pesquisa e de intervenções.

Em momento recente, registra-se a sinergia da aproximação da política de pesquisa em saúde das políticas de saúde abordando a da saúde da população negra quando o CNPq, conjuntamente com o Ministério da Saúde, lançou um edital inédito sobre essa temática, mesmo estando este junto com outros temas, conforme o Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT n° 026/2006 - Estudo de Determinantes Sociais da Saúde, Saúde da Pessoa com Deficiência, Saúde da População Negra, Saúde da População Masculina, acena para um significativo avanço no sentido de colocar a questão da saúde das populações negras na agenda de preocupações do governo.

São inegáveis as particularidades e a importância às questões de saúde da população negra, especialmente, porque esta deve ser tratada de uma forma intersetorial, em diálogo constante com distintas áreas de conhecimento, assim como com vários setores da saúde e da sociedade. Contudo, ainda no Brasil, e de forma esparsa, seja no nível político ou acadêmico, registram-se poucas experiências onde essas diretrizes surgem contempladas. O que, no entanto, se percebe, é que em sua maioria, os debates e as ações apresentadas carregam um caráter ideológico, que centradas no combate à discriminação, acabam por se distanciar do aspecto da saúde propriamente dito.²²

A organização do campo da “saúde da população negra” traz em cena identidades que vão se afirmar na questão racial, apregoando a discriminação existente no país e cobrando do Estado medidas efetivas de políticas de ação afirmativa frente às desigualdades historicamente colocadas por meio da articulação de diversos atores sociais com distintos interesses.

Os estudos que porventura tenham como objetivo até então a discussão da saúde da população negra não foram

objetos de discussão por parte dos estudiosos da saúde, tanto assim que Maio e Monteiro²³ argumentam que o foco sobre a temática racial não foi objeto de interesse da tradição sanitarista. Segundos esses autores, somente no século XXI, com a discussão sobre as relações entre raça e saúde é que surge uma política específica à população negra, articulando diversos setores da sociedade e organismos internacionais.

Tal perspectiva se distancia da tradição sanitarista brasileira, construída sob o signo do universalismo, chancelada pelo Estado. O movimento da Reforma Sanitária, calcado no tripé universalidade, integralidade e gratuidade, conforme inscrito na Constituição Federal, concebe a saúde como um direito universal de cidadania. Com todos os percalços existentes no campo da saúde pública no país, existe um consenso de que a reforma da saúde é um dos mais bem-sucedidos projetos políticos de incorporação dos setores populares, segmentos esses com expressiva presença de negros (p. 439).²³

É latente a compreensão entre atores do campo social e gestores de que gerar programas e parcerias com projetos de saúde nos Terreiros de Candomblé é uma modalidade de reparação e um processo de inversão de uma estigmatização à qual foram e são relegadas as religiões de matrizes africanas, e, também, as suas práticas terapêuticas, com objetivos claros de considerar o Terreiro, com suas singularidades, como um espaço de excelência para promoção e difusão de conhecimentos sobre saúde da população negra. Esses Terreiros, por sua vez, ao exercerem a arte de curar, criam estratégias de socialização e de produção de conhecimentos, como preconizado pelo Documento Institucional “Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade.”²⁴

DISCUSSÃO |

Nos Terreiros, sua existência só é considerada na interação entre espaço/corpo/cultura. Assim, experimentar, incorporar e vivenciar o ambiente concebendo relações reais e simbólicas com uma lógica de racionalidades materiais e sobrenaturais é, antes de tudo, a possibilidade de vivenciar o dinâmico, o dialógico, fonte de sua existência – espaço por excelência da transmissão e sustentação de um ethos - reconhecida como alicerce e sustentação do próprio grupo.

(De) limitar esse espaço é de fundamental importância para o grupo na tentativa de afirmação e de reconstrução de

sua identidade, seja através da delimitação de fronteiras físicas, seja pela ordenação sagrada onde o indivíduo, ao conceber o sentimento de pertença, passa a manifestar suas particularidades, sua visão de mundo, concebendo contornos como “espaço qualitativo” como preconizado por Elhajji (p. 3)²⁵, contendo uma “grande carga afetiva e emocional e uma força imaginária e simbólica excepcional”.

É justamente nesse processo de (re)elaboração espacial, simbólica, religiosa e social que no “novo espaço” emergirão mecanismos, tradições e lembranças reverenciados nas divindades, nas construções do agir e pensar e representações públicas, no caso, nas festividades e rituais litúrgicos e terapêuticos.

Desta forma, no período que precedeu e mesmo durante e até mesmo após a instalação dos Terreiros de Candomblé como um espaço religioso, o que vimos foi o estabelecimento ao longo dos anos de um canal de comunicação com a cidade, cuja sintonia em vários momentos cruciais vai ser determinante, inclusive para a sua continuidade

Em tempos atuais, os diversos espaços terreiros afro-brasileiros se (re)configuram como agências sociais, ampliando sua natureza original religiosa e buscando formas de como se relacionar com as comunidades adjacentes, com o Estado e diversos atores sociais, religiosos ou não, como um espaço social, comunitário e de promoção do bem-estar.

Assim, as iniciativas de projetos sociais, programas culturais e Feiras de Saúde, como citados neste artigo, são ações significativas para conceber esses canais de comunicações com a sociedade mais ampla, buscando sua legitimidade social ora como templo religioso, ora como agência social, assim como tecer mecanismos de preservação desse complexo sistema de práticas e de saberes singulares desse grupo religioso em questão.

Consideramos que a busca pela legitimação desses Terreiros como espaços sagrados e socialmente múltiplos e diversos, assim como também do reconhecimento de seus respectivos atores sociais, deve ser ancorada também em práticas comunicativas que reforcem cada vez mais seus lugares de fala, que reafirmem suas ancestralidades e suas experiências exitosas perante as comunidades.

A comunicação deve ser encarada como valiosa aliada na busca pela valorização e reconhecimento da importância

dos grupos religiosos. Como sabemos, os meios de comunicação ocupam um lugar central nas sociedades contemporâneas, e levar aos meios de comunicação discussões como as que dizem respeito às religiões afro-brasileiras nos parece ser uma medida necessária para se encarar muitas das questões apresentadas aqui neste artigo.

Como se sabe, a identidade, seja ela étnica ou religiosa, tem sido a base para um significado social desde os mais remotos tempos da civilização humana. A (re) afirmação das identidades, assim como a própria busca pela dissolução da tensão entre tradição e modernidade, deve ser procurada não apenas nos espaços internos das práticas dos terreiros, mas também deve-se visar inclusive à divulgação das atividades e ações numa interlocução efetiva com as comunidades adjacentes, em busca de um diálogo que possibilite uma diversidade de vozes que reforcem ainda mais reconhecimento às práticas das religiões afro-brasileiras.

Por fim, vale apontar que o ciberativismo é considerado um espaço de militância com articulações de instituições e sujeitos sociais, expressando-se com diversas linguagens e oportunizando expressões produzidas referentes às práticas e saberes de uma instituição religiosa, rompendo uma fronteira que, em outros momentos históricos, parecia ter nos meios tradicionais de comunicação, especialmente a oralidade, o único canal de oferta à socialização no grupo religioso. Essa nova perspectiva nos faz apreender novas modalidades de interações, consolidando as necessidades históricas do homem de buscar formas de pensar, agir e interagir entre si, com a natureza e o sobrenatural, rompendo localidades, possibilitando uma dissociação entre a comunicação e a presença física, motivando uma modalidade de comunicação mais igualitária entre os participantes do perfil e, por efeito, estimula a construção de contextos de interatividades, a disseminação de informações sobre os contextos de solidariedades no Candomblé, mas evidenciando a tensão entre a tradição-modernidade tão cara a essa religião.

REFERÊNCIAS |

1. Concone MHVB. Umbanda: uma religião brasileira. São Paulo: Editora FFLCH/USP-CER; 1987.
2. Sodré MO. Terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes; 1988.

3. Anjos RSA. A África brasileira: espaços geográficos da diáspora e do candomblé. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica – Território [Internet]. 2012 [acesso em 08 nov 2016]; 3(2):33-47. Disponível em: URL: <<<http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15441>>>.
4. Rabelo MCM. Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares de Salvador. Relig Soc. 2008; 28(1):176-205.
5. Loyola MA. Médicos e curandeiros: conflito social e saúde. São Paulo: Difel 1984.
6. Freitas RO. Web-terreiros d'além-mar: transnacionalização e ciberinformatização das religiões afro-brasileiras. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado em Comunicação e Cultura] – Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2002.
7. Gomberg E. Candomblé na tradição e na modernidade: preservação e identidades. In: Pinheiro AP, Pelegrini SCA, organizadores. Tempo, memória e patrimônio cultural. Teresina: UFPI, 2010. p. 337-56.
8. Gomberg E. Encontros terapêuticos no terreiro de candomblé *Ilê Axé Opô Oxogum Ladê*, Sergipe/Brasil. Salvador. Tese [Doutorado Saúde Coletiva] – Universidade Federal da Bahia; 2008.
9. Rosa NI. Associação entre estado de saúde, espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais e qualidade de vida. Porto Alegre. Dissertação [Mestrado em Psiquiatria] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2002.
10. Valla VV, organizador. Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: D&A; 2001. p. 113-39.
11. Vasconcelos EM, organizador. Espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec; 2006.
12. Silva VG, Amaral RCA. Cor do axé: brancos e negros no candomblé de São Paulo. Estudos Afro-Asiáticos. 1993; (25):99-124.
13. Oro AP. As religiões afro-brasileiras: religiões de exportação. In: Oro AP. As religiões afro-brasileiras no Cone Sul. Porto Alegre: UFRGS; 1993. v. 10.
14. Freitas RO de. Quando o voluntariado é axé: a importância das ações voluntárias para a caracterização de uma religião solidária e de resistência no Brasil. In: GOMBERG, E.; MANDARINO, A. Organizadores. Leituras afro-brasileiras: territórios, religiosidades e saúdes. Salvador: EDUFBA; 2009.
15. Sansone L. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais, culturas e identidades negras do Brasil. Salvador: EDUFBA; 2003.
16. Silva JM. Religiões e saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. Saúde Soc. 2007; 16(2):171-7.
17. Pompéo WAH, Vieira AD. Do virtual ao real: um estudo de caso acerca do papel do ativismo digital na mobilização e protestos pela tragédia da boate Kiss. In: Anais do 2. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede [Internet]. 2013 jun 4-6; Santa Maria, Brasil [acesso 28 de setembro de 2013]. Disponível em: URL: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>>.
18. Castells M. A sociedade em rede. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra; 1999.
19. Mandarino AC de S. Relatório Final do Projeto Jardim Etnobotânico do Ilê Axé Opô Oxogum Ladê: preservação cultural, pesquisa e promoção de saúde em São Cristovão, Sergipe. Aracaju: FAPITEC, 2007.
20. Barros JFP; Teixeira MLL. O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: Moura CEM, organizador. Meu sinal está no corpo: escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: Edicon; 1989.
21. Verger PF. Ewe: uso das plantas na sociedade iorubá. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
22. Silva JAN da. Saúde da população negra, um direito em busca da plena efetivação. In: Mandarino AC, Gomberg E, organizadores. Leituras afro-brasileiras: territórios, religiosidades e saúdes. Salvador: UFBA; 2009.

23. Maio MC, Monteiro S. Tempos de racialização: o caso da “saúde da população negra” no Brasil. *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos*. 2005; 12(2):419-46.

24. Sistema das Nações Unidas. Política nacional de saúde da população negra: uma questão de equidade. Brasília: Sistema das Nações Unidas; 2001.

25. Elhajji M. Culturas em trânsito: patrimônio imaterial, memória e espaço. *Museologia e Patrimônio* [Internet]. 2010 [acesso em 17 abr 2011]; 3(1):1-6. Disponível em: URL: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/74/106>>.

Correspondência para/Reprint request to:

Estélio Gomberg

Campus Soane Nazaré de Andrade DFCH,

Rod. Jorge Amado, Km 16 – Salobrinho.

Ilhéus/BA, Brasil

CEP: 45662-900

Tel.: (73) 3860-5171

E-mail: estelio68@gmail.com

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 18/06/2019